

P2

6 OUT 1991

AUGUSTO NUNES

Sob o patrocínio dos micróbios do Hospital de Base de Brasília, a saga de Tancredo Neves ofereceu uma dramática lição à pátria da automedicação irresponsável: tumores, quando não removidos a tempo, costumam resultar em septicemia generalizada. Se ao cerco dos vírus succumbem mesmo organismos historicamente saudáveis, conforme ensinou aquele terrível abril de 1984, é fácil adivinhar o que ocorre a estruturas mais frágeis, humanas ou não. Como, por exemplo, a República brasileira, cuja debilidade sempre perturbadora vem sendo crescentemente ameaçada pelo fenômeno da multiplicação dos tumores.

O abscesso localizado em Rondônia, na confluência do tráfico de cocaína com o tráfico de votos, talvez seja o mais vistoso entre todos, até pelas muitas semelhanças que exibe com a fantástica Colômbia. Os exemplos são tão numerosos quanto os pontos-de-venda de drogas em Porto Velho. Fiquemos em dois. Os homens que fuzilaram o senador Olavo Pires certamente encontrariam emprego no operoso elenco de assassinos a soldo do Cartel de Medellín. E o deputado Jubes Rabelo (sem partido e, até este presságio começo de outubro, sem o adequado uniforme de detento) teria apenas de



O Congresso na hora da faxina

aprender espanhol para se juntar aos parlamentares que representam, no Congresso colombiano, os interesses dos barões da coca.

Jubes é o mais notório integrante de uma família cujo chefe, Boaventura Rabelo, poderia ser enquadrado, pelo simples fato de ter criado seus filhos, no artigo do Código Penal que pune a formação de quadrilha ou bando. Dois deles — Boaventura Filho e Nylose — foram presos recentemente, em companhia do próprio pai, por receptação de carros roubados. Outros dois — Abidiel e Noabias — foram capturados quando pilotavam um carregamento de 500 quilos de cocaína. Entre os documentos encontrados com Abidiel figurava uma carteirinha de assessor parlamentar falsificada por dois estelionários: ele próprio e o irmão deputado. Graças a esse incidente, por sinal, o País foi apresentado a Jubes Rabelo, eleito pelo PRN de Rondônia.

Como em todas as democracias, também no Brasil, lembra o deputado Delfim Netto, o Congresso é um resumo do necessariamente matizado mosaico nacional. Se ali se juntam representantes do povo, nada pode haver de surpreendente na presença de porta-vozes da banda podre da sociedade. De fato, não existem meios de impedir que, pelo instrumento do voto secreto, meliantes providos do título de eleitor se façam representar em Brasília. Esse risco é parte do jogo democrático. Mais ainda, não há

como evitar que parlamentares com tal origem defendam, no Legislativo, os interesses do pântano — e tentem, por exemplo, modificar certas leis em benefício da vertente marginal a que pertencem. Enquanto isso, da mesma forma que os eleitores, também os eleitos têm de se submeter à legislação em vigor, porque imunidades parlamentares não são o outro nome da impunidade.

Nos Estados Unidos, circulam livremente pelo Capitólio defensores da legalização do comércio de drogas. Nenhum deles se atreve, contudo, a hastear barraquinhas nas praças de Washington para a venda de produtos proibidos cujo consumo pretendem liberar. Tomando-se um exemplo nativo, o deputado Amaral Netto tem todo o direito de clamar pela estatização do homicídio. Mas não pode promover fuzilarias no plenário para provar que a pena de morte, se aplicada com critérios precisos, é decididamente ecológica.

O deputado Jubes Rabelo poderia até mesmo ter apresentado algum projeto de lei transformando Rondônia numa espécie de zona franca da cocaína. Em vez disso, preferiu falsificar salvo-condutos para que o irmão transportasse amazônicos carregamentos da droga com a tranquilidade de quem comercializa talco para crianças (e, como vêm comprovando investigações policiais, associou-se ao bando doméstico para lucrar alguns milhões de dólares). Merece, portanto, ser

transferido do Congresso para alguma cela semelhante às que hoje hospedam um bom pedaço da família Rabelo.

Na busca de paralelos regionais, o olhar brasileiro tem se voltado historicamente para o Sul. É provável que essa tentação geopolítica seja potencializada pela popularização da teoria do "efeito Orloff", segundo a qual a Argentina de hoje será sempre o Brasil de amanhã. O aparecimento no Congresso de uma "bancada da droga", pouco importa se ainda diminuta, sugere que deveríamos ter dedicado maior atenção aos vizinhos a Noroeste, sobretudo à Colômbia. Talvez tivéssemos aprendido a tempo que os caminhos do crime organizado se acabam confundindo com atalhos que conduzem aos centros do poder político.

Jubes Rabelo não é a única contrafação brasileira dessa especialidade colombiana: outros permanecerão homiziados na Praça dos Três Poderes. Tampouco o primeiro — o próprio Olavo Pires ampliou consideravelmente seu vasto prontuário enquanto posava de pai da Pátria na Câmara e, depois, no Senado. A punição do deputado, de qualquer forma, configura um bom começo. De quebra, torna o Congresso eticamente mais musculoso para enfrentar a crise que vai tomando forma nos horizontes do Planalto — uma crise cujos contornos vão muito além de Rondônia.

□ Augusto Nunes é diretor de Redação do Estado